

# Antonio Carlos prevê a conciliação

Entrevista a Armando Rollemberg e Marcelo Netto

O governador eleito da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, afirmou em entrevista exclusiva ao **Jornal de Brasília** que o ano de 79 — "qualquer que seja o resultado eleitoral" — vai ser decisivo para a evolução do processo político brasileiro, e que após 16 de novembro "vai haver um amplo entendimento entre aqueles que desejam realmente as aberturas políticas a partir de 1º de janeiro".

Antonio Carlos Magalhães, que foi um dos principais articuladores da candidatura vitoriosa do general Figueiredo e que, inevitavelmente, terá influência política no futuro Governo, explicou que esse entendimento será alto e não visa troca de posições ou participação (da oposição) no Governo. Não afastou, porém, esta possibilidade.

"Se amanhã o MDB fosse a maioria seria muito natural que ele participasse", disse o Governador da Bahia. Para completar: "A oposição que estiver afinada com o espírito das reformas". Além disso, segundo Antonio Carlos Magalhães, outras medidas poderiam ser tomadas a partir da posse do general Figueiredo, no sentido de um entendimento. São elas, a anistia parcial e a eleição direta, em alguns níveis, com perspectiva para 1982.

O governador eleito da Bahia não acredita na extinção dos partidos mas, sim, "na criação de novos, na medida que interessar ao Governo e à oposição". Caso a Arena perca, o interesse maior de criação de novas agremiações, para Antônio Carlos Magalhães, deverá partir do próprio Governo.

Antonio Carlos Magalhães ressaltou, no entanto, que, como todo período de transição, este será um tempo difícil para o qual será necessária a colaboração de todos. "Do contrário, por maior boa vontade que venham a ter os novos dirigentes, inclusive em relação aos compromissos assumidos, não só perante suas próprias consciências, mas nas praças públicas, poderão deixar de ser cumpridos. As vezes isso independe da vontade das pessoas", alertou Magalhães, referindo-se ao "perigo" dos radicalismos.

**JB: Qual o seu prognóstico sobre os resultados das eleições? O MDB fará maioria na Câmara dos Deputados?**

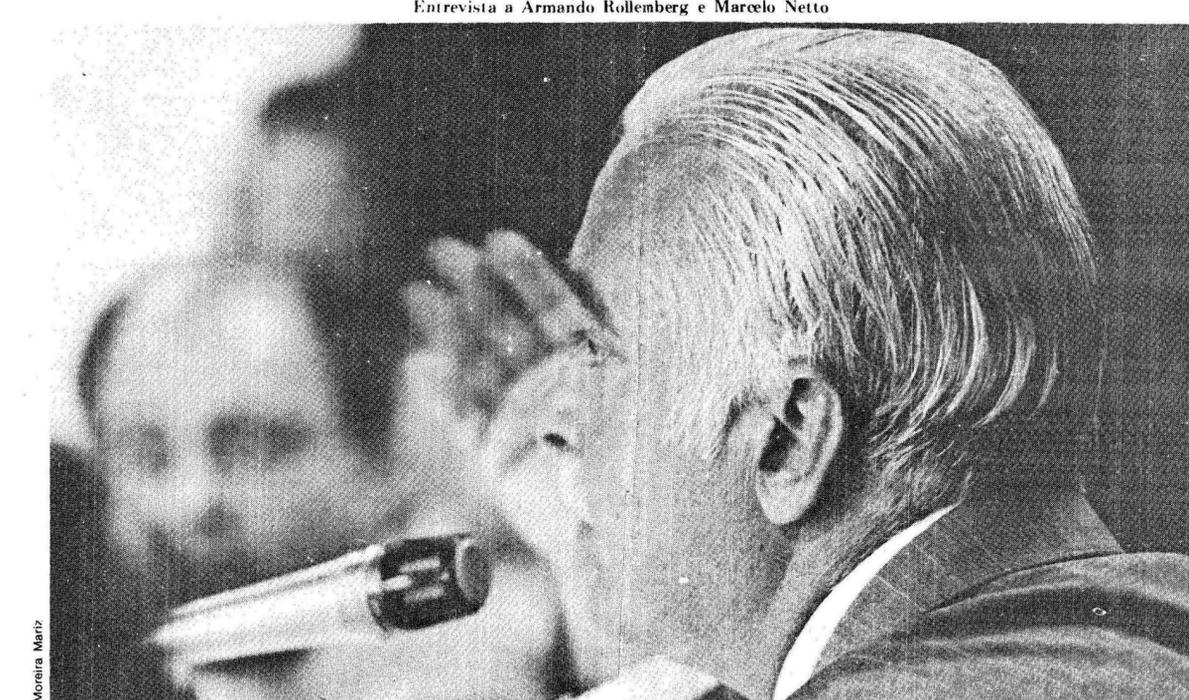
Magalhães: Pelo que tenho sentido no Brasil inteiro, a Arena vai obter maioria. Poderá, contudo, não ser uma grande maioria. Eu vejo sempre dentro de uma ótica baiana, aonde a situação é bem melhor que nos outros Estados.

**JB: Na hipótese de se confirmar a maioria arenista, o Sr. acredita na extinção dos partidos?**

Magalhães: Eu não acredito na extinção dos partidos e sim na criação de novos partidos. As novas legendas só serão, evidentemente, criadas na medida em que isto interessar ao Governo e à oposição. Como? — se poderia perguntar. É óbvio que grupos de emedebistas vão querer fazer uma oposição mais ou menos radical e aí vai haver o divisor de águas, como também poderá ocorrer este mesmo tipo de divisor de águas dentro da Arena. Ou seja, parcelas do partido que resolvam atuar dentro de um ponto de vista mais liberal.

**JB: E se o MDB ganhar, os partidos serão extintos?**

Magalhães: Meu raciocínio está baseado na vitória da Arena que acredito como certa. Não sendo vitoriosa a Arena, o interesse maior da criação de novos partidos deverá partir do próprio Governo que buscará instrumentos mais hábeis para poder desenvolver sua política parlamentar. Agora, qualquer que seja o resultado eleitoral, a partir do dia 16 de novembro, no dia 25 ou mesmo no dia 30, vai haver um amplo entendimento entre aqueles que desejam realmente que essas aberturas venham a se verificar a partir de 1º de ja-



Antonio Carlos Magalhães cre em entendimentos de alto nível entre os que quem a abertura a partir de 1º de janeiro

neiro. Eu entendo que para mantermos asseguradas as conquistas das reformas políticas, completas ou relativas — segundo o ângulo do observador — deve haver um entendimento. O general Figueiredo, no seu discurso do dia 15, já estendeu a mão.

**JB: Mas em que termos seria esse entendimento?**

Magalhães: Seria, evidentemente, um entendimento alto, que não vise troca de posições ou participação no Governo. Se amanhã, porém, o MDB fosse a maioria seria muito natural que ele participasse. Nós tivemos o exemplo de 1947 quando a UDN, que nem sequer era maioria participou, não oficialmente, do Governo. Naquela época também havia uma divisão interna dentro da UDN, em relação à participação ou não no Governo, e embora a maioria da UDN — os autênticos de hoje — fosse contrária à idéia, dois udenistas formaram no Ministério de Dutra, Clemente Mariani e Raul Fernandes. Não estou, com isso, preconizando que o MDB participe do Governo Figueiredo, mesmo porque acho que a ampla vitória da Arena não vai permitir isso. Mas se por acaso se der o oposto acho a tese bastante viável. Não é uma janela fechada.

**JB: Quer dizer então que o Sr. não exclui a possibilidade de um governo de união nacional com a participação da oposição?**

Magalhães: Da oposição que estiver afinada com o espírito das reformas. Nós sabemos que no MDB alguns pensam de modo semelhante ao do Governo. Mas é bom deixar claro que estamos numa luta eleitoral e queremos fazer maioria eleitoral para evitar essa participação.

**JB: Na perspectiva desse entendimento poderiam ser negociados alguns pontos do programa do MDB como anistia, constituinte, etc.?**

Magalhães: Esses problemas, evidentemente, só vão poder ser apresentados a partir da posse do general Figueiredo. Antes disso, não. E a solução irá depender muito do comportamento inteligente da oposição. Há poucos dias dizia, com muita propriedade, o senador Petrônio Portella, que qualquer excesso poderá levar a um retrocesso. E eu costumo dizer que não se tira fruta verde porque se perde a fruta. É preciso que a fruta amadureça.

**JB: Não será fácil esse período de transição. Pelo visto...**

Magalhães: Todo período de transição é um período difícil. Por isso mesmo a colaboração de todos é necessária. Do contrário, por maior boa vontade que venham ter os novos dirigentes, inclusive em relação aos compromissos assumidos não só perante suas próprias consciências, mas nas praças públicas, poderão deixar de ser cumpridos. As vezes isso independe da vontade das pessoas. Todo o mundo deseja esse rumo das aberturas. Mas essas aberturas levam também a que todos, não só do Governo como da oposição, trilhem um caminho inteligente e não procurem os caminhos tortuosos do radicalismo. Na verdade, independente das vontades e dos compromissos, o radicalismo poderá levar a consequências desastrosas.

**JB: Esta semana, um importante político do Governo conversou reservadamente com um grupo de repórteres e levantou, pela primeira vez, a possibilidade de se convocar uma Assembléia Constituinte durante o Governo Figueiredo. O que o Sr. acha dessa idéia?**

Magalhães: Não vejo, no dia de hoje, nenhuma possibilidade nessa tese. Mesmo porque todo o Legislativo tem poder constituinte. Na minha opinião, a convocação de uma Assembléia Constituinte é simplesmente um tema de campanha fora da realidade brasileira. Essa tese, colocada como premissa para o entendimento, é totalmente prejudicial. Por esse caminho não se vai conseguir nada. Se isso for o ponto principal para o entendimento, a meu ver não haverá entendimento.

**JB: Mas qual seria a margem de transigência desse acordo com a oposição? Eleições diretas, fim dos bônus?**

Magalhães: A eleição direta, em alguns níveis, acredito que poderá ser negociada, mas não no início do Governo e sim durante o Governo.

**JB: Ou seja, com a perspectiva de 82?**

Magalhães: Exatamente. **JB: De uma forma ou de outra, o Sr. fixou os parâmetros desse entendimento. Acontece que tudo se passará dentro de uma conjuntura bastante difícil. Só para citar alguns fatos que certamente terão desdobramento na área política; a sentença de caso Herzog, as greves do metalúrgico e, também, a possibilidade de a oposição crescer muito, alcançando, até mesmo, a maioria. Como o Sr. vê as reformas que serão implantadas em 1º de janeiro, tendo em vista essa conjuntura turbulenta?**

Magalhães: Você só citou problemas. Alguns visíveis e outros conjecturais. Evidentemente, o MDB está nesses últimos dias procurando criar um clima de vitória, que não é verdadeiro, para ver se empolga o eleitorado. Eu, de qualquer forma, considero muito pouco provável um resultado que favoreça o MDB. Os outros são problemas que surgiram e que a inteligência política tem que procurar descartar. É certo, contudo, que sem boa vontade dos dois lados, nós não vamos chegar a boas soluções.

**JB: E como é que o Sr. vê dentro desse processo as Forças Armadas? Existe crise militar? Muitos admitem que a saída do presidente Ernesto Geisel da Presidência irá provocar um perigoso vazio entre os militares. Alegam que o general Figueiredo não tem a autoridade que o presidente Geisel sempre teve dentro do Exército.**

Magalhães: Evidentemente que ninguém nesse país jamais governou com mais autoridade e respeito do que o presidente Geisel. Mas o general Figueiredo também é tão acatado nas Forças Armadas quanto o presidente Geisel. Não vejo nenhuma crise militar. Essa história é criada por aqueles que não desejam que as reformas sejam implantadas ou por algumas naturais frustrações de carreira como bem acentuou o presidente Geisel. Esse problema, no meu entendimento, não existe. O que existe entre os militares é o desejo de manter o país em ordem e desenvolvimento, dentro dos princípios democráticos. Essas aberturas democráticas, do ponto de vista deles, não poderão levar a uma perturbação da ordem pública já que isso não seria Democracia e sim anarquia.

**JB: Mas há algumas vezes discordantes no meio militar. A campanha do general Euler e as declarações do general Hugo Abreu deixaram isso bem claro. O ex-chefe do Gabinete Militar já fala até em guerra civil se as coisas continuarem nesse passo...**

Magalhães: Não acredito nessas afirmações. Respeito muito o

pensamento do general Hugo Abreu, mas acredito que ele esteja isolado dentro das Forças Armadas.

**JB: E as greves, não estão preocupando o futuro Governo?**

Magalhães: As greves são naturais nos regimes de transição. Depois da abertura elas serão ainda mais naturais. Essas negociações entre empregadores e empregados, a meu ver, vão se tornar cada vez mais importantes.

**JB: Mas há várias contradições nesse processo de abertura. O governo diz que aceita a negociação direta entre empregados e patrões, mas encaminha um decreto-lei proibindo greves em diversos setores; fala em democracia, mas envia ao Congresso uma Lei de Segurança Nacional rigorosa em que estabelece inclusive a censura prévia. Que abertura é essa?**

Magalhães: Todos pregam e desejam fazer a abertura, mas ninguém vai permitir que o país volte à anarquia. Pode surgir aqui e ali um artigo de lei que atinja os princípios mais liberais, pois o Governo tem interesse em não permitir — e não permitirá — a volta ao clima de 64.

**JB: Isso quer dizer que os limites da abertura já estão previamente definidos?**

Magalhães: O próprio presidente Geisel já salientou que outras reformas virão no tempo próprio, de acordo com a experiência e com o trabalho que for realizado nesse período de transição de um Governo para o outro e da aplicação dos princípios da reforma atual.

**JB: O Sr. admite a revogação das medidas de emergência, por exemplo?**

Magalhães: Confesso que não tenho poder para dizer isso. Mas num futuro, que não considero próximo, elas poderão ser revogadas.

**JB: Como é que o Sr. imagina o quadro partidário a partir de 1º de janeiro?**

Magalhães: Acho que esses partidos vão se manter, embora possam surgir outros. Tudo indica que o senador Magalhães Pinto vai desejar formar outro partido. Mas quem sabe se também o Governo não vai estar interessado em formar um outro? Essa não é uma hipótese improvável.

**JB: E essa onda de denúncias de corrupção, não vai incluir nas eleições a favor do MDB?**

Magalhães: Essa onda de denúncias desaparecerá a partir do dia 15. Ela tem objetivos evidentemente eleitorais. A denúncia, quando não é concreta, perde o significado. Vale apenas

durante o período pré-eleitoral por causa da paixão do eleitorado. Mas no momento em que for analisada friamente, depois do resultado eleitoral, todo mundo vai sentir que a denúncia não tinha valor e o denunciante vai cada vez mais se desmoralizar.

**JB: Mas mesmo saindo das eleições majoritárias, o Sr. não acha que o próximo Governo terá menor respaldo político? As dissidências arenistas, por exemplo, são um indicio seguro de que as coisas não serão tão tranquilas como até agora... Em Pernambuco, existe o Cid Sampaio; na Bahia, o Roberto Santos...**

Magalhães: Na Bahia, o resultado eleitoral vai mostrar que essa dissidência é totalmente inexpressiva. Já em Pernambuco, é diferente. Realmente, o Governo a partir de 15 de março terá que ter mais contato com os políticos, terá que dialogar mais com o Congresso, vai ter que ser paciente. Não apenas o Governo federal como os estaduais. E não apenas com os políticos, mas também com os operários e com os estudantes. Quem não estiver preparado para esse diálogo, não vai se sair bem.

**JB: E o general Figueiredo está preparado para essa nova situação?**

Magalhães: Eu o considero muito preparado. Essa história de que tem um temperamento impulsivo é uma balela. Ele é extremamente racional. Ele é mais aberto, procura chegar mais perto do povo, do que talvez qualquer outro dos Presidentes da Revolução. Ele, depois que deixou a farda e a função no SNI, está aparecendo de corpo inteiro. E provou que é extremamente capaz e que tem habilidade, pois senão não venceria os obstáculos que venceu, levando a Arena a votar coisa em seu nome. Muita gente alimentou a candidatura Euler. Diziam que ele tinha apoio militar e quando se viu, não teve apoio militar. Falavam que haveria dissidência na Arena e não houve dissidência. Isso tudo se deve a que? A estrutura da hierarquia militar, mas também à habilidade do nosso candidato. Ele conversou com militares e políticos e superou todas as etapas que vocês anunciavam como problemáticas. Por isso acredito que também em relação às próximas etapas, não haverá problemas.

**JB: Uma dessas etapas, será a questão da anistia. Há alguns dias um juiz paulista deu uma sentença desfavorável à União no caso da morte do jornalista Wladimir Herzog. O Sr. não acha que a partir dessa decisão**

judicial a anistia passou a ser interessante também do ponto de vista do Governo?

Magalhães: Esse, além de ser um caso isolado, passou apenas por uma instância. Não houve ainda uma decisão final e sim o pronunciamento da primeira instância que eu acato e respeito como uma decisão judicial. Mas haverá ainda outros recursos e outras decisões que poderão fortalecer essa sentença como também reformá-la. É evidente, porém, que este é um fato importante no quadro político atual.

**JB: E o Sr. concorda que seus desdobramentos poderão levar o Governo a adotar a anistia para pacificar a Nação?**

Magalhães: A anistia parcial, acho que mais cedo ou mais tarde virá.

**JB: E a volta dos exilados? O Sr. que já conviveu com muitos deles.**

Magalhães: Muitos já voltaram e estão em plena desenvoltura atualmente, inclusive tenho alguns amigos que estiveram no estrangeiro e já voltaram, nem por isso deixaram de ser meus amigos. Na Bahia, inclusive, quando era governador, por uma questão de temperamento e de humanidade dava preferência em audiência para cassados. Fernando Santana é testemunha disso. José Aparecido quando chegou lá, estava para ser decidido se seria governador, eu recebi com todo carinho. Waldir Pires é meu amigo pessoal. Hélio Ramos também. De maneira que vejo grande possibilidade de num futuro eles se reintegrarem.

**JB: O Sr. acha que isso abalaria o processo?**

Magalhães: Não porque eles devem ser suficientemente inteligentes para não reincidirem em erros. Quando a gente erra pensa dez vezes para cometer o segundo erro. De modo que aquele processo de antes de 64, todos eles já têm uma experiência, alguns muito amargas, para que não sejam recidentes. Porque evidentemente, ninguém vai fazer a volta do antes de 1964. E eles sabem disso. Pode algum outro mais radical não saber, mas acredito que a maioria seja bem hábil, bem inteligente, para saber que não se conseguirá coisa nenhuma.

**JB: Mas o Sr. acha que o regime...**

Magalhães: Já está pronto para receber tudo isso de uma vez só...

**JB: Mas para permitir a organização de forças de esquerda, mesmo moderadas, partido socialista e trabalhista...**

Magalhães: Isso aí nós vamos ver no decorrer do ano de 79. O ano de 79 é um ano decisivo para muitas coisas que vão acontecer, de uma forma ou de outra. E, por isso é que eu digo: a oposição, seja ela a mais radical, deve ter a inteligência para compreender o momento de transição.

**JB: Governador, vamos mais adiante. Como acha que vai evoluir a sucessão presidencial no país. Caminharemos para uma forma direta ou ficaremos na indireta ainda que aperfeiçoada?**

Magalhães: A sucessão presidencial, nós vamos ter ainda seis anos para discutir. Evidentemente que primeiro teremos o teste para ver se haverá ou não eleições diretas para governadores.

**JB: Primeiro vai ter que ver se os seis anos serão cumpridos. Isso ocorrerá?**

Magalhães: Estes que acham que não cumpre são os mesmos que achavam que o Figueiredo não seria candidato, não ganharia a convenção e que não tinha apoio militar. São esses que acham que não cumpre.

**JB: Mas pessoalmente governador, como o Sr. acha que vai evoluir?**

Magalhães: Não posso... Seria uma profecia que não me arriscaria a fazer.